



Autoridades celebraram a criação de nova ferramenta que subsidiará trabalho de gestores e profissionais de saúde

Em cerimônia comemorativa ao Outubro Rosa, INCA lança livro para auxiliar no controle do câncer de mama no Brasil

O Sudeste é a região com maior incidência de câncer de mama no Brasil. Entre os estados, Santa Catarina registra a maior taxa ajustada (74,79 por 100 mil mulheres). No quesito mortalidade, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste lideram, e as maiores taxas ajustadas estão em Roraima, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, respectivamente. Os dados constam do livro *Controle do câncer de mama no Brasil: dados e números 2025*, elaborado ao longo de seis meses pelo INCA e lançado no dia 3 de outubro, durante a cerimônia de celebração do Outubro Rosa, no prédio-sede. As taxas ajustadas consideram as diferenças na faixa etária da população. Assim, é possível comparar regiões com perfis de idade distintos, já que o risco de câncer de mama aumenta com o envelhecimento.

A publicação traça o retrato detalhado da doença no Brasil, permitindo identificar avanços, desigualdades regionais e gargalos na linha de cuidado. O objetivo é subsidiar gestores e profissionais de saúde em ações estratégicas para o fortalecimento da rede de cuidado em todo o país. Nessa edição, foram acrescentados dados referentes a alguns fatores de risco e de

proteção para o câncer de mama, visando a prevenção primária da doença.

O câncer de mama é o tipo mais incidente entre as brasileiras (excluindo o de pele não melanoma) e também a principal causa de morte por câncer na população feminina. São estimados 73.610 novos casos em 2025 e, em 2023, foram registrados mais de 20 mil óbitos. Em relação às faixas etárias, o levantamento revela uma tendência positiva: entre 2000 e 2023, houve redução proporcional na mortalidade por câncer de mama na população feminina de 40 a 49 anos. Isso significa que, mesmo com o aumento geral dos casos, as mortes nessa faixa etária representam hoje uma parcela menor do total de óbitos de mulheres pela doença, o que indica melhora na detecção precoce e na assistência.

Em 2024, o Sistema Único de Saúde (SUS) realizou 4,4 milhões de mamografias, das quais 4 milhões eram exames de rastreamento em mulheres sem sintomas, sendo mais de 1 milhão delas fora da faixa etária até então recomendada para esse tipo de procedimento (50 a 69 anos).

Fatores de risco e proteção

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, mais da metade das brasileiras com 18 anos ou mais apresentam excesso de peso (56,7%), com os maiores índices nas regiões Sul (59,6%) e Sudeste (57,1%). Entre os estados, o Rio Grande do Sul registrou o maior percentual (60,2%) e o Maranhão, o menor (48,4%). Nesse mesmo estudo, em torno de uma em cada cinco brasileiras com 18 anos ou mais (20,2%) costumavam consumir bebida alcoólica uma vez ou mais por semana. As regiões mais prevalentes também foram a Sudeste (23,6%) e Sul (23,4%). Entre as unidades federativas (UFs), as diferenças são ainda mais marcantes: no Rio Grande do Sul, a prevalência alcança 27,3%, valor cerca de três vezes superior ao registrado no Amazonas (9,6%).

A adesão ao nível recomendado de atividade física e ao aleitamento materno prolongado, que são reconhecidos como aspectos protetores, ainda é insuficiente. Segundo dados da PNS 2019, uma em cada 4 brasileiras (26,4%) praticava o nível recomendado de atividade física no lazer. A região Centro-Oeste apresentou o maior percentual de mulheres ativas (29,1%), enquanto a região Norte registrou o menor (24,3%). Entre as UFs, os contrastes são expressivos: o Rio Grande do Sul apresentou o menor percentual (22,4%), e o Distrito Federal, o maior (39,6%). De acordo com o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani) 2019, a prevalência de aleitamento materno continuado entre 20 e 23 meses é de 35,5%. Enquanto 48,0% das crianças entre 20 e 23 meses continuam sendo amamentadas na região Nordeste, esse percentual cai para 23,4% na região Sudeste.

Melhoria no acesso

No acesso ao tratamento, a obra aponta avanços no cumprimento da Lei dos 60 Dias, que determina o início

da terapia em até dois meses após o diagnóstico, mas ressalta que, mesmo assim, é preciso melhorar nesse quesito, particularmente para reduzir as desigualdades regionais.

“A nossa expectativa é que esse documento sirva como uma orientação nas três esferas de gestão do SUS e também à população e à sociedade em geral”, explicou Renata Maciel, chefe da Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede da Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV) do INCA.

“Estamos desconstruindo uma inverdade, que era a ‘proibição’ da mamografia abaixo dos 50 anos. O que a gente fala é que [isso] exige uma decisão compartilhada [sobre os riscos e benefícios da mamografia] entre o profissional e a paciente para que ela possa, a partir daí, tomar a decisão de fazer ou não fazer o exame”, avaliou o diretor-geral, Roberto Gil.

Em sua apresentação *A cobertura do rastreamento do câncer de mama e do colo do útero, segundo raça/cor da pele, no Brasil*, o pesquisador da CONPREV Édnei César Santos Junior se debruçou sobre os dados da Pesquisa Nacional em Saúde, revelando que houve crescimento do acesso à mamografia, de 2013 a 2019, em quase todas as regiões do Brasil (leve queda no Sul, de 59,7% para 58,9%), que a elevação da escolaridade é diretamente proporcional à realização do exame mamográfico e que mulheres brancas fazem mais mamografias – nas regiões Sul e Sudeste – do que pretas e pardas.

Thainá Alves Malhão, da CONPREV, falou sobre *A importância da prevenção primária no controle do câncer de mama* e lembrou que há fortes evidências científicas de que a redução do peso e da ingestão de bebidas alcoólicas, a prática regular de atividade física e o aleitamento materno diminuem os riscos da doença.

Dados sobre mortalidade

Fez parte da programação, ainda, o lançamento do *Boletim Epidemiológico: Mortalidade por Câncer de Mama e Colo do Útero na População Feminina Segundo Raça/Cor da Pele*. A diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (MS), Letícia Cardoso, apresentou dados do boletim.

Também estiveram no evento José Barreto Carvalheira, diretor do Departamento de Atenção ao Câncer do MS; Antônio Rodrigues Braga Neto, coordenador da Área Técnica de Saúde das Mulheres da Superintendência de Atenção Primária da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro; Cida Diogo, superintendente estadual do MS no Rio de Janeiro; e Marcia Sampa, coordenadora de Prevenção e Vigilância do INCA.

Com informações do Portal do INCA



O evento foi encerrado com sessão de perguntas da audiência